Bolsas — Na terça-feira: 0,51% São Paulo; 0,43% Nova York

Pontuação B3 — Ibovespa nos últimos dias: 115.488 / 116.743 (7/6, 9/6, 12/6, 13/6)

Dólar — Na terça-feira: R$ 4,862 (- 0,08%)

Últimos	
6/junho	4,912
7/junho	4,924
9/junho	4,876
12/junho	4,866

Salário mínimo — R$ 1.320

Euro — Comercial, venda na terça-feira: R$ 5,247

CDI — Ao ano: 13,65%

CDB — Prefixado 30 dias (ao ano): 13,64%

Inflação — IPCA do IBGE (em %)

Janeiro/2023	0,53
Fevereiro/2023	0,84
Março/2023	0,71
Abril/2023	0,61
Maio/2023	0,23

CONTAS PÚBLICAS

Governo tenta evitar corte de R$ 40 bi em 2024

Redação dada a artigos do projeto do novo arcabouço fiscal pode reduzir espaço para gastos públicos no próximo ano

» EDLA LULA

Ministério da Fazenda/Divulgação



Ministros Simone Tebet e Fernando Haddad têm discutido alternativas com integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado

A equipe econômica trabalha para evitar um corte de despesas no Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) de 2024, que pode chegar a R$ 40 bilhões, por causa de alterações feitas pelos deputados na proposta de novo regime fiscal elaborado pelo governo. Aprovado em maio na Câmara, o Projeto de Lei Complementar (PLP) 23/2023 está em análise na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado e deve ser votado até o fim de junho.

Os ministros Fernando Haddad, da Fazenda, e Simone Tebet, do Planejamento e Orçamento, devem apresentar alternativas para minimizar o impacto fiscal das mudanças introduzidas no substitutivo do relator, deputado Cláudio Cajado (PP/BA).

De acordo com o secretário de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Paulo Bijos, o esforço da equipe econômica é para "tentar ajustar o T- zero — o ponto de partida que viabilize um PLOA adequado para o nível de despesas discricionárias".

Uma das principais preocupações está centrada na alteração do artigo 4º do PLP, que trata da correção do limite de gastos nas despesas discricionárias pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). No texto original, a correção seria feita com base no IPCA divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de janeiro a junho e na projeção do indicador para o período até dezembro do ano de elaboração do PLOA, mais uma elevação real (acima da inflação) que varia entre 0,6% e 2,5%. No substitutivo de Caiado, o período de apuração passou a ser o dos 12 meses terminados em junho, uma vez que o projeto precisa ser encaminhado ao Congresso até agosto.

A intenção seria a de que a inflação do período não fosse superestimada nas projeções do PLOA, o que poderia elevar o valor nominal das despesas. De acordo com os últimos dados divulgados pelo IBGE, o IPCA nos 12 meses terminados em maio estava em 3,9%. Já as estimativas para a inflação até dezembro ultrapassam os 5%.

Outra fonte de preocupação, que limita as possibilidades de gastos do governo em políticas públicas, se refere ao comprometimento de despesas como os pisos da saúde e educação, além do piso para investimentos e reservas para emendas parlamentares, o que Bijos chamou de "come cota" das despesas discricionárias. "Quando se subtrai todas essas despesas nas nossas projeções, na forma como foi aprovada na Câmara, faltariam R$ 40 bilhões", comentou ele.

Para um ponto de partida adequado, disse, o ideal seria a nova redação do artigo 4º, mas essa alternativa esbarra na possibilidade de o texto, sendo modificado no Senado, ter que retornar à Câmara para nova votação. Para isso acontecer, seria necessário um acordo que desse celeridade ao trâmite na Casa, sem o risco de parlamentares trazerem novas mudanças ao texto.

Outra solução é a inclusão, na proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que está em discussão no Congresso, da chamada "despesa condicionada à aprovação legislativa", caso haja espaço fiscal para a liberação dos R$ 40 bilhões no ano que vem. "É uma preocupação do Ministério do Planejamento que esse t-zero, ponto de partida, esteja o mais equacionado possível em prol do sucesso do novo arcabouço fiscal", enfatizou Bijos, segundo quem todas essas possibilidades de ajustes serão discutidas em reunião entre os ministros da área econômica e os líderes partidários no Senado.

Reiteradas vezes, a ministra Tebet tem chamado atenção para a imposição dos cortes de gastos no orçamento de 2024, caso essas alterações no arcabouço fiscal não sejam revistas no Senado. Na segunda-feira passada, falando a integrantes do Conselho de Desenvolvimento Econômico, Social e Sustentável, ela afirmou que "ao colocar que o IPCA é até o meio do ano, você diminui a capacidade de gastos públicos. Ao incluir, dentro do novo teto, o piso de enfermagem, o fundo Constitucional do Distrito Federal e a diferença do Fundeb, você praticamente engessa uma parte do orçamento".

Modernização

Em conversa com jornalistas, o secretário de Orçamento também informou que o ministério prepara uma série de iniciativas de modernização do orçamento público. Entre as medidas, está a alteração da Lei 4320/1964, que no próximo ano completa 60 anos. Ele lembrou que a Lei, principal normativo do processo orçamentário do país, está defasada. Ela não trata, por exemplo, de diversos dispositivos criados desde a Constituição de 1988, como o Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

De acordo com Bijos, a Secretaria de Orçamento, responsável por conduzir o processo de elaboração da nova lei, tem até março de 2024 para submetê-la ao governo. "A ideia é acabar com a insegurança (jurídica) e tornar a lei mais gerencial, não ter tanto engessamento, ser mais finalística e programática", explicou.

Haddad quer consenso

» ROSANA HESSEL

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, defendeu um consenso entre as duas Casas do Congresso para a conclusão do texto do novo regime fiscal. "Não vamos comprometer esse trabalho. Tanto que nós concordamos em fazer uma coisa parcimoniosa", disse Haddad, ontem à noite, após reunião com o relator do projeto do arcabouço fiscal no Senado Federal, senador Omar Aziz (PSD-AM).

Segundo o ministro, o senador deverá conversar sempre com o presidente da Câmara, Arthur Lira, e com o deputado Claudio Cajado (PP-BA), que relatou a proposta naquela casa, para comunicar as mudanças que estuda acatar no relatório.

"O que nós compactuamos é, primeiro, respeitar o trabalho que a Câmara fez. Foi um trabalho dedicado, respeitou o tempo, respeitou a opinião dos outros parlamentares tanto que atingiu um placar expressivo. Nós queremos que aconteça a mesma coisa no Senado", afirmou o ministro.

Cortes

Haddad minimizou, ainda, a divergência de dados sobre o tamanho do corte necessário no Orçamento de 2024 para ajustar as contas ao novo regime fiscal. Enquanto o Ministério do Planejamento prevê até R$ 40 bilhões em cortes, Aziz disse, após a reunião com Haddad, que os números da Fazenda estão perto de R$ 30 bilhões, mas esse problema seria resolvido com um projeto de lei do Congresso (PLN) alterando a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

"A equipe econômica acha que é um pouco menos, em torno de R$ 30 bilhões. Eles acham que qualquer mudança vai só protelar. Existe o compromisso que, se houver excesso de arrecadação, o governo possa, através de PLN, ajustar esse recurso e gastar um pouco mais, baseado naquilo que você arrecadar mais", afirmou Aziz aos jornalistas.

Segundo Haddad, o ideal é que, se houver mudanças no projeto das novas regras fiscais, que elas sejam conversadas com a Câmara, e "não sejam uma surpresa" e que afetem o mercado, que tem melhorado os indicadores diante do avanço da proposta do arcabouço fiscal.

O ministro da Fazenda disse ainda que vê com bons olhos a possibilidade de ampliar o prazo para a migração do atual regime tributário para o novo, que está sendo discutido pelo Congresso. Ele reconheceu que a transição será fundamental para o sucesso da reforma e que um fundo de compensação das perdas de estados e municípios é necessário, mas será preciso que seja estabelecido um teto para as despesas desse fundo.

Abras teme alta de impostos na cesta básica

» RAPHAEL PATI*

O presidente da Associação Brasileira de Supermercados (Abras), João Galassi Lima, mostrou-se preocupado com a possibilidade de que, com a adoção do cashback na reforma tributária (devolução total ou parcial dos impostos pagos a determinada categoria de contribuintes), haja um aumento de impostos nos alimentos da cesta básica.

"Queremos fazer um sistema que possa contribuir com a sociedade, inclusive para o combate à sonegação. Agora, querer inverter a situação, onde você tributa os alimentos, enquanto o mundo inteiro tributa os alimentos com menor carga — isentos, inclusive — como é hoje no país, isso não é nenhum benefício fiscal", argumentou o presidente, durante evento promovido pela entidade.

Na semana passada, o grupo de trabalho da Câmara que analisou o tema apresentou 12 diretrizes para a construção de um substitutivo para a proposta da reforma. Nele, há a sugestão de que sejam adotadas alíquotas diferenciadas para bens e serviços relacionados a setores como saúde, educação e transporte público coletivo urbano, semiurbano ou metropolitano e aviação regional, bem como produção rural.

Sobre a adoção do cashback, o texto apenas recomenda que "se preveja um sistema de cashback, definindo-se, posteriormente, qual o público elegível a ser beneficiado, como instrumento para a implementação de progressividade na tributação do consumo", além de citar outras contribuições dadas por integrantes do colegiado.

Presente ao evento da Abras, o secretário Extraordinário da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, garantiu que a mudança no sistema de tributação do Brasil não vai impactar negativamente o setor de alimentos.

De acordo com o secretário, responsável pela interlocução com o Congresso Nacional, a reforma, além de não gerar danos, vai acarretar impactos positivos para o país. "Primeiro, porque a reforma tributária tem efeito positivo sobre o crescimento. Mesmo supondo a ideia de alíquota uniforme para tudo, os cálculos todos mostram que haveria um aumento na demanda por alimentos no Brasil", argumentou.

Além disso, Appy citou dois estudos que comprovariam que a mudança para uma alíquota única, o Imposto Sobre o Valor Agregado (IVA), beneficiaria o setor. Uma dessas pesquisas, que foi realizada pela Fundação Getulio Vargas (FGV), mostrou que, de todos os setores produtivos do país, apenas três apresentariam diminuição de rentabilidade, caso a reforma fosse aprovada, o que não inclui setores da alimentação.

Os líderes do setor temem que a inclusão do cahsback com a desoneração da cesta básica, poderia aumentar o custo dos alimentos, o que, consequentemente, poderia gerar uma diminuição na demanda do setor.

Para Appy, no entanto, a resistência é equivocada. "Não é incompatível ter o cashback com ter, eventualmente, a desoneração da cesta básica. Obviamente, o espaço fiscal é restrito, mas mantém a possibilidade do cashback", disse.

De acordo com o secretário, a reforma seria um "ganha-ganha". "Porque ela gera crescimento por vários motivos. Gera crescimento pela redução da burocracia e da litigiosidade, pelo aumento da produtividade via redução de custos que oneram produção nacional e por conta da eliminação de muitas inconsistências que resultam do sistema tributário atual", concluiu.

***Estagiário sob a supervisão de Odail Figueiredo**